Projeto de Lei n.º _____, de 2009 **(do Sr. Arnaldo Faria de Sá)**

“Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Cerimonialista e suas correlatas e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Título I

Art.1.º - É livre, em todo o território nacional, o exercício das atividades de Cerimonialista e demais atividades relacionadas com o Cerimonial, observadas as disposições desta Lei.

Art.2.º - Poderá exercer a profissão de Cerimonialista no País:

I – o titular de diploma de nível superior, expedido no Brasil por escolas oficiais, através de curso reconhecido pelo Governo Federal;

II – os diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis de seu país, e que revalidarem seus diplomas de acordo com a legislação em vigor;

III – os que, na data de entrada em vigor desta Lei, possuam o diploma de ensino médio, segundo grau ou equivalente e tenham exercido, comprovadamente, durante o período mínimo de 05 (cinco) anos, a função de Cerimonialista e que requeiram o respectivo registro junto ao Conselho Regional de Cerimonial;

Parágrafo Único – A comprovação de exercício será fornecida por empresa ou instituição pública e sós era aceita se homologada pelo Comitê Nacional de Cerimonial Público.

Art. 3.º - Poderão exercer a profissão de Técnico de Cerimonial:

I – os portadores de diploma de ensino médio, segundo grau ou equivalente, desde que matriculados em Curso Superior Sequencial de Cerimonial;

II – os que, na data de entrada em vigor desta Lei, possuam o diploma de ensino fundamental, primeiro grau ou equivalente e tenham exercido, comprovadamente, no período mínimo de 04 (quatro) anos, a função de Técnico de Cerimonial e que requeiram o respectivo registro junto ao Conselho Regional de Cerimonial.

Art. 4.º Poderão exercer a profissão de Auxiliar de Cerimonial os portadores de diploma de ensino fundamental, de primeiro grau ou equivalente que, na data de entrada em vigor desta Lei, tenham exercido, comprovadamente, durante o período mínimo de 02 (dois)

anos a função de Auxiliar de Cerimonial e que requeiram o respectivo registro junto ao Conselho Regional de Cerimonial.

Art. 5.º - As atividades e atribuições dos profissionais de que trata esta Lei consiste em:

I – planejamento, pesquisa, administração, coordenação e execução de projetos de Cerimonial;

II – elaboração de orçamentos e definições operacionais e funcionais de projetos de Cerimonial;

III – estudos de viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e programas de Cerimonial;

IV – fiscalização e controle da atividade de Cerimonial;

V – suporte técnico e consultoria em Cerimonial;

VI – estudos, análises, avaliações, vistorias, pareceres, perícias e auditorias de projetos e programas de Cerimonial;

VII – ensino, pesquisa, experimentação e divulgação de novos instrumentos, normas e procedimentos;

VIII – qualquer outra atividade que, por sua natureza, se insira no âmbito de suas profissões.

§ 1.º - É privativa do Cerimonialista a responsabilidade técnica por eventos de cerimônia e solenidades, assim como a emissão de laudos, relatórios ou pareceres técnicos.

§ 2.º - Compete ao Conselho Federal de Cerimonial – CFCe identificar especializações dos profissionais de Cerimonial e estabelecer sua denominação e suas atribuições.

Art. 6.º - Ao profissional de cerimonial responsável por plano, projeto, programa é assegurado o direito de acompanhar a sua execução e implantação, para garantir a sua realização conforme as condições, especificações e detalhes técnicos estabelecidos.

Art. 7.º - A jornada de trabalho dos profissionais de que trata esta Lei não excederá 40 (quarenta) horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

TÍTULO II
Da Fiscalização do Exercício das Profissões
CAPÍTULO I
Dos Órgãos Fiscalizadores

Art. 8.º – A fiscalização do exercício das profissões regulamentadas nesta Lei será exercida por 01 (um) Conselho Federal de Cerimonial – CFCe e por Conselhos Regionais de Cerimonial – CRCe, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, aos quais compete, também, zelar pela observância dos princípios da ética e disciplina profissionais.

CAPÍTULO II

Do Conselho Federal de Cerimonial

Art. 9.º - O Conselho Federal de Cerimonial – CFCE é a instância superior de fiscalização do exercício profissional dos Cerimonialistas, com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1.º - Assegurar-se-à, na composição do Conselho Federal, a representação de todos os Conselhos Regionais , segundo a proporcionalidade apurada com base nos integrantes destes últimos.

§ 2.º - todos os membros do Conselho Federal serão brasileiros, eleitos em escrutínio secreto pelos Cerimonialistas.

Art. 10 - Constituem atribuições do Conselho Federal aquelas previstas em seu regimento interno.

Art. 11 – O Conselho Federal será constituído, inicialmente, de 09 (nove) membros efetivos e de igual número de suplentes, eleitos em escrutínio secreto, em Assembléia dos delegados regionais.

§ 1.º - A composição a que se refere este artigo é sujeita a um acréscimo de membros, até o limite máximo de tantos quantos forem os Estados da Federação mais o Distrito Federal que tenham constituído Conselhos Regionais.

§ 2.º - Cada Conselho Regional se fará representar por, por mínimo, 01 (um) membro no Conselho Federal.

§ 3.º - O mandato dos membros do Conselho Federal será de 02 (dois) anos, permitida 1 (uma) reeleição.

Art. 12 – Em cada ano, na primeira reunião, os conselheiros elegerão seu Presidente, Vice-Presidente, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro e 2.º Tesoureiro, permitida a reeleição.

Parágrafo Único – As atribuições dos cargos a que se refere este artigo serão determinadas no regimento interno do Conselho Federal.

Art. 13 – O Conselho Federal reunir-se à, ordinariamente, 1 (uma) vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1.º As deliberações do Conselho Federal serão válidas com a presença de metade mais 1 (um) de seus membros.

§ 2.º A substituição de qualquer membro do Conselho Federal, em suas faltas e impedimentos, far-se-á por um dos suplentes.

CAPÍTULO III

Dos Conselhos Regionais de Cerimonial

Art. 14 – Os Conselhos Regionais de Cerimonial são órgãos de fiscalização do exercício da profissão de Cerimonialista, em suas regiões.

Parágrafo Único – Cada unidade da Federação só poder ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

Art. 15 – Constituem atribuições dos Conselhos Regionais as previstas em seu regimento interno, que deverá guardar consonância com o do Conselho Federal.

Art. 16 – Os Conselhos Regionais serão compostos por membros efetivos e suplentes, em número determinado pelo Conselho Federal, conforme §§ 1.º e 2.º do art. 9.º desta Lei.

Parágrafo único – O mandato dos membros dos Conselhos Regionais será de 02 (dois) anos, permitida 1 (uma) reeleição.

Art. 17 – Os membros de cada Conselho Regional reunir-se-ão 1(uma) vez ao mês, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo seu Presidente ou por metade mais 1 (um) de seus membros.

Art. 18 – A substituição de cada membro dos Conselhos Regionais, em seus impedimentos e faltas, far-se-á por 1 (um) dos suplentes.

Art. 19 – A Diretoria de cada Conselho Regional será eleita, em escrutínio secreto, pelos profissionais nele inscritos.

Parágrafo único – As atribuições dos cargos a que se refere este artigo serão determinadas no regimento interno de cada Conselho Regional.

Art. 20 – Aos Conselhos Regionais compete dirimir dúvidas ou omissões relativas a esta Lei com recurso ex officio, de efeito suspensivo para o Conselho Federal, ao qual compete decidir em última instância.

CAPÍTULO IV **Do Registro e da Fiscalização Profissional**

Art. 21 – Todo profissional de Cerimonial, habilitado na forma desta Lei para o exercício da profissão, deverá inscrever-se no Conselho regional de sua jurisdição.

Parágrafo único – Para a inscrição de que trata este artigo é necessário que o candidato:

I – satisfaça às exigências de habilitação profissional, previstas nos art. 2.º, 3.º e 4.º desta Lei;

II – não esteja impedido, por outros fatores, de exercer a profissão;

III – goze de boa reputação por sua conduta pública.

Art. 22 – Em caso de indeferimento do pedido pelo Conselho Regional, o candidato poderá recorrer ao Conselho Federal, dentro do prazo fixado no regimento interno do Conselho Regional.

Art. 23 – Qualquer pessoa ou entidade poderá representar ao Conselho Regional contra o registro de candidatos.

Art. 24 – Os Conselhos Regionais expedirão registros provisórios aos candidatos diplomados em escolas oficiais ou reconhecidos e cujos diplomas estejam com registros em processamento na repartição federal competente.

Parágrafo único – O registro de que trata este artigo, no prazo estipulado para sua vigência, habilitará o candidato a exercer a respectiva profissão.

Art. 25 – Aos estudantes dos cursos de nível superior ou médio será concedido registro temporário para a realização de estágio de formação profissional.

Parágrafo único – Os estágios só serão permitidos no período de formação profissional, não podendo ultrapassar o limite de 06 (seis) meses de duração.

Art. 26 – As pessoas jurídicas e as organizações estatais só poderão exercer as atividades enunciadas no art. 5.º com a participação efetiva e autoria declarada de profissional habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Cerimonial assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

Art. 27 – Será obrigatório o registro junto ao Conselho Regional de Cerimonial das pessoas jurídicas e organizações estatais que exerçam atividades enunciadas no art. 5.º desta Lei, bem como a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados.

Art. 28 – Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro.

Art. 29 – Exerce ilegalmente a profissão de Cerimonialista:

I – a pessoa física ou jurídica que exercer atividades privativas do profissional de Cerimonial e que não possua registro nos Conselhos regionais;

II – o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de projetos ou serviços de Cerimonial, sem sua real participação nos trabalhos delas;

III – a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atividades previstas no art. 5.º, com infringência dos arts. 28 e 29 desta Lei.

Parágrafo único – As pessoas não habilitadas que exercerem a profissão regulamentada nesta Lei estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais e ao pagamento de multa, a ser arbitrada pelo Conselho Federal.

CAPÍTULO V

Das Anuidades, Emolumentos e Taxas

Art. 30 – Os profissionais registrados nos Conselhos Regionais, de conformidade com esta Lei, estão obrigados ao pagamento de uma anuidade aos Conselhos e cuja jurisdição pertencem.

§ 1.º - A anuidade a que se refere este artigo é devida a partir de 1.º de janeiro de cada ano.

§ 2.º - Após 31 de março, a anuidade será acrescida de mora, a ser fixada pelo Conselho Regional.

§ 3.º - Após o exercício respectivo, a anuidade terá seu valor atualizado par ao vigente à época do pagamento, acrescido de mora a ser definida pelo Conselho Regional.

Art. 31 – O profissional que deixar de efetuar o pagamento da anuidade durante 2 (dois) anos consecutivos terá cancelado seu registro profissional sem, no entanto, desobrigar-se dessa dívida.

Parágrafo único – O profissional que incorrer no disposto neste artigo poderá reabilitar-se mediante novo registro, saldadas as anuidades em débito, as multas que lhe forem impostas e taxas regulamentares.

Art. 32 – O Conselho Federal baixará resoluções estabelecendo Regimento de Custas e promoverá sua revisão, sempre que necessário.

CAPÍTULO VI

Das Infrações e Penalidades

Art. 33 – Constituem infrações disciplinares, além de outras:

I – transgredir preceitos do Código de Ética Profissional;

II – exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;

III – praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção penal;

IV – descumprir determinações dos Conselhos Regionais ou Federal, em matéria de competência destes, depois de regularmente notificado.

Parágrafo único – As infrações serão apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso, garantida a ampla defesa do acusado.

Art. 34 – As infrações disciplinares, consideradas a gravidade da falta cometida e possível reincidência, estão sujeitas à aplicação das seguintes penas:

I – advertência;

II – multa, limitada a 50 (cinquenta) por vezes o valor atualizado da anuidade;

III – censura;
IV – suspensão do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal.

Art. 35 – Compete aos Conselhos Regionais a aplicação das penalidades, cabendo recurso, com efeito suspensivo, par ao Conselho Federal, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência da punição.

TÍTULO III **Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 36. Para constituir o primeiro Conselho Federal de Cerimonial – CFC, o Ministério do Trabalho e Emprego convocará a entidade de profissionais de Cerimonial, Comitê Nacional do Cerimonial Público, para eleger, através do voto de seus filiados indicados, os membros efetivos e suplentes desse Conselho.

Parágrafo único – O Comitê Nacional do Cerimonial Público indicará 2 (dois) representantes profissionais de cada Estado e do Distrito Federal já habilitados ao exercício da profissão para que participem do pleito constante do caput deste artigo.

Art. 37 – Os membros dos primeiros Conselhos Regionais de Cerimonial serão designados pelo Conselho Federal de Cerimonial.

Art. 38 – Instalados os Conselhos Regionais de Cerimonial, é estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a inscrição dos portadores das qualificações exigidas por esta Lei.

Art. 39 – O regime jurídico do pessoal dos Conselhos será o da Legislação Trabalhista.

Art. 40 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 41 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição, fruto original de proposta de autoria do Senado da República visa a regulamentação do exercício da Profissão de Cerimonialista.

As atividades relacionadas ao Cerimonial exigem seriedade e profissionalismo, não podendo, sob pena de comprometimento do sucesso de importantes eventos, ser entregue a pessoas inabilitadas.

No entanto, em que pese a importância que esses profissionais vêm adquirindo nos últimos tempos, ainda não dispomos de uma legislação específica que regule suas atividades de modo a garantir-lhes a certeza de que seus direitos básicos serão, de fato, respeitados.

Além do mais, como se sabe, a regulamentação específica do exercício de uma profissão, por si só, contribui para o desenvolvimento do aperfeiçoamento técnico de seus praticantes.

Contamos com a aprovação do projeto onde, baseado ainda que somos, no Verbete n.º 1 da Súmula de Jurisprudência da Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público desta Casa, aprovado, ser esta matéria de inegável alcance social.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2009.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo